

Acórdão nº 9.218/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.292.2013-00-TCE (C/ 02 Volumes)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício de 2012.
RESPONSÁVEL: Senhor **José Maria Moura Barros**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**
VOTO VENCEDOR: Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Regularidade com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, considerar **regular com ressalva** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício orçamentário e financeiro de 2012, de responsabilidade Senhor **José Maria Moura Barros**, **valendo como ressalvas**, a falha em valor de pequena monta efetivada nas contratações e ainda, a não implantação do controle interno e divergência nos valores da despesa de pessoal nos Relatórios. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Vencido** o Conselheiro-Relator que votou: 1) pela irregularidade das Contas, em face de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; 2) pela aplicação de multa sanção prevista no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de R\$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais), ao Senhor José Maria Moura Barros, em razão das irregularidades encontradas nos relatórios de análises, representarem grave infringência às normas legais de regência da matéria; e 3) pelo encaminhamento ao Ministério Público Estadual do apurado com a contratação de Serviços de Assessoria Jurídica, no valor de R\$ 14.400,00 e de serviços administrativos no valor de R\$ 8.100,00 sem realização de procedimento licitatório e fora das hipóteses de contratação direta, em infringência ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93; para as providências que entender adotar, em razão do que dispõem os artigos 89 e 100, ambos da Lei Federal nº 8.666/93. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento do processo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 23 de junho de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC

Avenida Ceará, nº 2994, Bairro 7º BEC – Rio Branco/Acre – Cep.: 69.918-111
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br